



ST3. SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE O CASO DO BRASIL NO PERÍODO (1950-2010)

92

AJUSTE RECESSIVO, “MILAGRE ECONÔMICO” E CRISE DOS ANOS SETENTA: O FIM DE UM CICLO DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA.

*Camila Nadedja T. Barbosa**
*Glaudionor Gomes Barbosa***

Resumo: O trabalho tem por objetivo central analisar o período da história econômica brasileira que vai desde o ajuste recessivo dos anos sessenta até a crise internacional dos anos setenta, passando pelo crescimento acelerado do chamado “Milagre Brasileiro”. A Política Econômica do autoritarismo implantado depois do golpe militar de abril de 1964 teve como primeira meta a estabilização da economia para em seguida iniciar um ciclo expansivo que durou de 1968 até 1973.

Palavras-chave: História do Brasil. Política Econômica. Década de noventa.

1. ECONOMIA POLÍTICA DO AUTORITARISMO

A política econômica implementada no pós-golpe de 1964 não visou alterar as bases sobre as quais se sustentava a economia brasileira, nem muito menos almejou uma alteração no padrão de acumulação. O que a burguesia pretendeu, apoiou e estimulou foi que os militares e seus tecnocratas fizessem adequadamente e sem outras restrições aquilo que o regime populista não mais podia fazer. Contudo, não basta ter poder, por mais absoluto que seja para fazer uma sociedade sair de um impasse. Era preciso “purgar” a crise. Era preciso deixar, ou melhor, facilitar o “derretimento” de capital para que a economia voltasse a crescer. De 1961 a 1967 o país viveu uma crise econômica que tinha duas características: (a) possuía uma estabilidade política quase perfeita, isto é, algo além de uma paz eterna, algo parecido com uma paz de cemitério, pois os militares rapidamente controlaram todo aparelho de Estado; (b) o grande poder da ditadura permitiu com bastante tranquilidade administrar a longa recessão.

* Historiadora-Professora de História/CSE/PE- camila_nadedja@hotmail.com

** Doutor - Professor de História Econômica/CAA/UFPE - glaudionorbarbosa@gmail.com

Os problemas de fundo dos governos militares eram os mesmos do regime populista, ou seja, obtenção de recursos para manter o ritmo de acumulação e o controle inflacionário. O principal mecanismo utilizado para alcançar crescimento alto com baixa inflação foi o de intensificar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora conjugado com o aumento da concentração de capital e conseqüente aumento da eficiência econômica. O prolongamento da jornada de trabalho, através das horas extras, deu aos trabalhadores a ilusão de aumento das rendas do trabalho assalariado (aumento nominal) associado à “democratização” de acesso ao mercado de trabalho de mulheres jovens e crianças. A combinação dos dois movimentos gerou um terceiro movimento, que foi a queda do salário real pelo excesso de oferta da força de trabalho em relação a demanda da mesma. Estas alterações no mercado promoveram um considerável aumento nas taxas de lucro. Redescoberta a velha mágica, foi só usar ao máximo possível.

Garantido o mecanismo real de acumulação de capital, através do aumento do grau de exploração, restava garantir os mecanismos financeiros que sustentassem o processo. Mais uma vez o endividamento é utilizado em larga escala. Durante toda a década de 60 até 1973, o mercado financeiro internacional permaneceu em um nível de alta liquidez. Tratava-se de um mercado de oferta, onde os emprestadores procuravam os governos dos países periféricos com prazos alongados e taxas de juros baixas. O “Santo” que não conseguisse operar um milagre nestas condições (crise recessiva administrada entre 1962-1967; superexploração dos trabalhadores; destruição das lideranças sindicais; Congresso Nacional domesticado e alta liquidez internacional) por certo seria “descanonizado”.

O problema da crise que se instalou em 1974 é que as leis de funcionamento do sistema capitalista de produção de mercadorias se assemelham, no sentido da inevitabilidade, com a lei da gravidade, isto é, não é possível revogá-las por decreto. Na verdade o ponto de contato entre a crise do petróleo e a crise do milagre foi o enxugamento da liquidez internacional. Quando o capital escasseia, a taxa de juros se eleva, os prazos são encurtados e a “ficha” do cliente volta a ser o principal parâmetro definidor para concessão de dinheiro novo ou para renegociar dívida antiga.

A economia brasileira seguiu nos anos setenta em “marcha forçada” como na definição insuperável dada por Castro e Souza (1985)¹. Três elementos complicadores levam a crise do “milagre” à crise do Regime: (a) o forte investimento em capital fixo que ocorreu na década de cinquenta foi depreciado, em alguns casos de forma acelerada, alguns setores deixaram de contar, inclusive, com capacidade ociosa planejada nos anos sessenta. Na crise dos anos setenta eram necessárias novas encomendas de investimentos na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), exatamente no momento em que a fonte secou; (b) desapareceu a alternativa de o capital produtivo obter recursos no mercado financeiro interno quando ocorreu uma equalização entre as taxas de juros

¹ Insuperável como definição não como interpretação, pois apesar da validade da obra, existem excelentes interpretações alternativas como Fishow (1986) e Lessa (1978).

interna e externa. Assim, o Ornitórrinco² que nasceu nos anos cinquenta atingiu a maioria, com todas as suas deformidades, nos anos setenta, tornando-se um velho decrépito nos anos noventa;(c) entre as classes trabalhadoras havia uma forte dualidade. De um lado, uma massa que apresentava níveis de esgotamento e que não podia sofrer maior compressão salarial sob risco do padrão de vida e do consumo cair abaixo do nível de subsistência; de outro um setor qualificado e concentrado na região do ABC paulista em empresas de grande porte e alta lucratividade. Aqueles trabalhadores sabiam e possuíam uma liderança convencida de que era possível forçar o conflito distributivo, no sentido de no mínimo recuperar as perdas passadas. Foi exatamente isto que eles fizeram dando início a um ciclo de mobilizações, incluindo greves de massas, que mudou para sempre o país.

As reformas implantadas pelo primeiro Governo Militar seguiram duas diretrizes, ambas expressas no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A primeira procurou estancar os desequilíbrios crescentes da economia, particularmente a inflação. Assim, se instituiu um duro programa anti-inflacionário acompanhado de várias reformas na legislação econômica, principalmente na política salarial. Cabe registro que na visão plasmada pelo PAEG, a causa básica explicativa do processo inflacionário era uma distribuição inconsistente da renda nacional: (a) gasto público superior ao deslocamento do poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos; (b) inadequação entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial expansiva, e a propensão a investir das empresas.

A segunda diretriz serviu as chamadas reformas estruturais, que são bem resumidas em quatro pontos: (a) um novo mecanismo de financiamento não inflacionário ao crescimento econômico; (b) uma reforma tributária; (c) uma reforma do aparelho de Estado; e (d) uma montagem de um sistema de planejamento de longo prazo.

Esta nova estrutura de financiamento do crescimento copiou largamente o modelo institucional dos países centrais, em especial os Estados Unidos. Contudo, a estrutura teve um acabamento que a diferenciou em três aspectos fundamentais àquelas dos países de capitalismo maduro: (a) um sistema de financiamento dos gastos públicos centralizado no âmbito federal e que não conseguia acompanhar os gastos crescentes do Estado exigidos pelas características da estrutura de investimentos, aspecto este agravado por uma tendência estrutural para a renúncia fiscal; (b) um sistema financeiro em que, no segmento privado, dominam as operações de curto e médio prazo, ficando as operações de longo prazo restritas e adjudicadas ao segmento oficial e aos repasses de créditos do exterior, funcionando os bancos privados como meros agenciadores; (c) um padrão monetário não conversível e “esquizofrênico”, com dois tipos de moedas: a moeda corrente utilizada para compensação financeira de todas as demandas transacionais (incluindo o pagamento dos salários) e; a outra é a moeda dos contratos, dos títulos públicos e privados com cláusulas de indexação monetária e cambial.

² Metáfora zoológica e darwinista de Francisco de Oliveira, representativa segundo o autor da sociedade e da economia brasileira. Assim descrita: magro, sustentando uma cabeça enorme (macrocefalia), que é o sistema financeiro e com pernas anêmicas, que são as desigualdades sociais e a pobreza.

Apesar de manter um conjunto de políticas desenvolvimentistas, os Governos militares optaram conscientemente por garantir as relações de poder do sistema-mundo e sua configuração Centro-Semiperiferia-Periferia. A ditadura militar reforçou o peso econômico e conseqüentemente político do grande capital internacional e seu sócio minoritário, o grande capital nacional, como bem registrou Fiori:

Escudados pelo mais longo plano de estabilização em nossa história republicana, as inumeráveis frações agrárias, mercantis, financeiras e industriais e os vários setores da classe média, congregados no apoio ao golpe militar, sustentaram (entre 1964 e 1968) feroz luta por uma hegemonia que acabou nas mãos da grande empresa privada e pública, nacional e internacional. Como golpe dentro do golpe, de 1968, afirmava-se definitiva a supremacia da burguesia monopolista internacionalizada, a qual, em estrita aliança com o Estado, comandou o novo ciclo de expansão industrial que, entre 1968 e 1974, logrou diluir os principais conflitos, satisfazendo as demandas das várias frações dominantes e aliviando as expectativas da classe média. (FIORI, 1984: 187).

Todas as políticas econômicas dos militares, incluindo a política salarial e a política de crédito, foram no sentido explícito de acelerar a acumulação do grande capital e de concentrar os capitais ao máximo. Ao grande capital foram fornecidas as melhores condições de crédito, de financiamento e incentivos cambiais. A forte oligopolização da economia brasileira permitiu que estas empresas comandassem todo o processo de crescimento econômico em um nível de concentração de ativos, riqueza e renda nunca dantes visto.

Falar de favorecimento ao grande capital não significa que o Estado brasileiro durante a ditadura militar tenha sido monolítico, antes ocorreu o contrário. Como o sistema era fechado e infenso à opinião pública, os agentes políticos dos grandes capitalistas assaltaram o Estado e promoveram uma “enfeudação” do poder central que só se resolvia ao nível do núcleo duro do executivo.

Por outro lado o apoio ao setor financeiro já aparece em 1964 com a Reforma do Sistema promovida pelas Normas contidas na Lei 4595/1964. A chamada especialização financeira proposta como forma de aumentar a eficiência não conseguia encobrir os objetivos de concentração do capital financeiro. Resta lembrar que o grau de concentração aumenta com a associação que ocorre entre grandes grupos bancários nacionais e conglomerados financeiros internacionais. Este conjunto de medidas e de políticas reforçaria um poderoso setor bancário descolado do setor financeiro. Infelizmente, a possibilidade de criação de um capital financeiro endógeno (enquanto combinação dos capitais industrial e bancário nacionais) nunca esteve na pauta dos militares e se chegaram a cogitar tal hipótese, ela foi superada pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. (II PND).

2. O PAEG E O “MILAGRE ECONÔMICO”

Com o saneamento promovido pelo PAEG (uma autêntica cirurgia sem anestesia no “corpo” social e permitida apenas em um regime autoritário) as condições estavam maduras para um novo ciclo de crescimento. Em primeiro lugar, porque a recessão administrada no período 1964-1967 “derreteu” a quantidade necessária de capital para que os capitais sobreviventes sofressem substantiva valorização e ganhos de eficiência, fato este que os “pugilistas alugados” da burguesia não citam em uma verdadeira crise de “amnésia ideológica”; em segundo porque o conjunto da economia mundial mantinha-se em crescimento acelerado, ou seja, o período representou a fase ascendente de curto prazo (ciclo de Juglar) em um ciclo de longo prazo que vinha desde o final dos anos quarenta, tratou-se, em verdade, da fase expansiva do 4º Kondratieff.

A expansão 1968-1974 tem várias causas, como o aumento do papel econômico do governo, os investimentos em infraestrutura (alguns nitidamente megalomaníacos); e a massificação do consumo das classes médias e alta. Entretanto, a principal causa do “Milagre” foi a oferta abundante de capital-dinheiro nos mercados internacionais. Significa dizer que a economia cresce apoiada no endividamento externo, contudo este é o lado real da utilização dos recursos internacionais, qual o lado estritamente financeiro do processo? A resposta é simples: na conversão cambial, o capital financeiro acumulava-se nos bancos. Era como se as entidades bancárias fizessem um re-empréstimo aos agentes tomadores, principalmente o setor produtivo. Com o aumento exponencial da dívida pública interna³ nos anos setenta, em particular pelo fato do Estado ter se tornado o principal tomador de empréstimos externos, o setor financeiro passa a ter um papel e um poder supremo sobre o conjunto da economia.

Os problemas de desequilíbrios financeiros na economia brasileira não param nas questões discutidas acima, nem param no tempo. Com a crise de meados dos anos setenta, o setor produtivo resolveu garantir as taxas médias de lucros e até aumentá-las, especulando no mercado financeiro. Do ponto de vista daquilo que os economistas ortodoxos chamam de racionalidade dos agentes econômicos, é impossível criticar os agentes pela prática especulativa. Quando as condições de lucratividade material são ameaçadas, uma saída é a autovalorização fictícia do capital. Se a economia nacional tivesse sido dotada de conglomerados financeiros que interligasse o capital produtivo com o capital financeiro, outro seria o resultado: a economia teria desenvolvido linhas de força capazes de sustentar um desenvolvimento autônomo, contudo, sabe-se, foi exatamente o contrário que ocorreu e, em boa medida, como decorrência das políticas aplicadas nos anos sessenta e aprofundadas nos setenta.

3. O II PND

A eleição do Presidente Ernesto Geisel ocorreu na inflexão do ciclo que produziu o “Milagre” (1968-1974). É importante compreender três elementos constituintes do ciclo, a saber: (a) primeiro, no caso brasileiro, ele encerra um período

³Os empréstimos promoviam à entrada de moeda internacional, o que provocava um aumento acentuado da liquidez interna, a forma encontrada para balancear o excesso de liquidez era a emissão de títulos do governo. A emissão dos títulos elevava as taxas internas de juros.

de crescimento acelerado, mas de curta duração; (b) segundo, a liquidez internacional aumenta rapidamente com o excesso de receitas do petróleo, o que permite uma nova recuperação de curto prazo com endividamento; (c) terceiro, a aparente solução de curto prazo, encobre uma crise estrutural que se arrasta até hoje.

O padrão de acumulação de capital, em grande medida herdado do período JK, se caracterizava pela posição subordinada do capital nacional no Departamento produtor de bens de capital e pela relação de “simbiose parasitária”⁴ entre o capital financeiro internacional e os diversos segmentos da economia brasileira. Já se discutiu em outras partes deste trabalho, que esta situação foi induzida e comandada pelo Estado brasileiro desde o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, entretanto os governos militares reforçaram estas tendências através da utilização de vários mecanismos, como a Resolução 63, O Decreto 55.762/65 e a Lei 4131

Os dispositivos legais acima citados facilitaram a tomada de créditos externos beneficiando as grandes empresas estrangeiras e suas associadas nacionais, através de diversos meios: (a) acesso ao crédito externo por empresas não financeiras; e(b) crédito para aplicação de curto prazo (capital de giro).

O objetivo estratégico mais importante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) era retomar a configuração do Plano de Metas. Articulado pacotes de investimentos estatais de forma a auxiliar o crescimento da indústria nacional de bens de capital. Frente à “anemia schumpeteriana” da burguesia nacional, o Estado proveria grandes investimentos em infraestrutura, incentivos e financiamento. Mas, há sempre “uma distância entre a intenção e o gesto”⁵. Ou como dizia Keynes: “Entre a taça e os lábios há vários percalços”. Na intenção de reconfigurar o Plano de Metas a taça se estilhaçou no chão.

Segundo Fiori (1990) as contradições do papel reservado ao Estado são exponenciadas no período Geisel, quando se monta, cronológica, política e economicamente, a crise atual, a mais profunda e definitiva desse padrão de industrialização. Como se sabe, o projeto nacional de Geisel respondeu a uma desaceleração do ciclo industrial interno e a um choque externo, propondo “(...) levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e ao estrangulamento externo, através da reestruturação do aparelho produtivo” (Castro, 1985, p.42), numa estratégia integrada por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira propunha um novo padrão de industrialização, cuja liderança dinâmica estaria na indústria pesada. Reassumia-se portanto, “(...) o projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia (...)” (Castro, 1985, p.54), e definia-se a empresa pública como seu agente central. E a segunda projetava um fortalecimento do capital privado nacional, a ser coordenado e financiado pelo BNDE.

⁴ Em uma simbiose parasitária a associação, de certa forma, é proveitosa para ambos, daí o termo simbiose. Contudo, o parasitismo advém do fato que a relação não é equivalente, não é proporcional, muito menos é isonômica. O agente mais frágil fornece mais do que recebe, podendo assim comprometer sua própria existência.

⁵ Do Poema “Meu coração tem um sereno jeito” de Ruy Guerra no clássico “Fado Tropical” de Chico Buarque.

Diante de tais constrangimentos, aos quais se somou o limitado acesso ao Tesouro e ao sistema financeiro oficial (destinado prioritariamente ao setor privado), as empresas públicas tiveram que recorrer ao endividamento externo, com todas as consequências conhecidas. Problema que se somou às dificuldades táticas postas pelos desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo, concentrados na inflação e no balanço de pagamentos, sendo que foi nesse espaço e em nome da contenção inflacionária que se deu o confronto direto e permanente do núcleo desenvolvimentista da estratégia com o comando da política macroeconômica. Confronto resolvido, em parte, com a elevação da taxa de juros, associada à entrada cada vez mais intensa de empréstimos externos, o que ampliou o hiato financeiro na operação da dívida pública utilizada para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos entrantes. (FIORI, 1990: 54)

De acordo com Tavares (1985) é conhecido o percurso agônico da economia brasileira depois de 1979. Mas foi a partir de 1982, com a exaustão do financiamento externo, que se avolumou e se explicitou, definitivamente, o nó central da crise: o encilhamento financeiro geral que destruiu qualquer possibilidade de relançamento continuado da economia e implodiu o Estado desenvolvimentista no momento em que este enfrentava o desafio de uma transição democrática. Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambiguidade estratégica do II PND, dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora; entre seu projeto de Nação-potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e a sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. Ambiguidade extremamente visível na forma em que se armou o endividamento das estatais, obedecendo, em um momento, à estratégia de financiamento da "marcha forçada" desenvolvimentista e, logo depois, à política de estabilização, quando operaram como tomadoras de moeda externa com vistas a fechar o balanço de pagamentos. Ambiguidade igualmente explícita no manejo da capacidade de endividamento público interno que deixou de cumprir a sua função fiscal de captação de recursos e passou a ser utilizada como instrumento de política monetária de curto prazo, com a dupla função de ajustar o balanço de pagamentos e combater a inflação. Estratégia que conduziu ao estrangulamento dos anos 80, quando as autoridades monetárias perderam a própria capacidade de fazer política monetária ativa.

Ambiguidade visível, finalmente, na forma em que se distribuíram, nos anos 80, os custos da crise entre os três pilares do nosso desenvolvimentismo: "Mediante desvalorizações cambiais, elevações das taxas de juros internas e arrocho salarial e tarifário, permitiu-se uma forte redistribuição de renda em favor do setor empresarial privado, acentuando os seus lucros como rentistas. Mas não se fez apenas isto, promoveu-se também uma verdadeira modificação patrimonial de ativos e passivos entre o setor público e privado. O setor público aumentou o seu estoque de dívidas (externa e interna), enquanto os grupos empresariais privados, vangloriando-se de sua eficiência, diminuíram o seu endividamento, liquidaram sua dívida externa e interna, fizeram aplicações financeiras e aumentaram as suas

margens de lucro não operacional. Com o que, o setor privado passou, a partir do início da década de oitenta, de devedor líquido a credor líquido do Banco Central e, através deste, tornou-se também credor indireto do setor público, já que o sistema bancário funciona a partir da década de oitenta como um supridor líquido de crédito a todas as órbitas do setor público federal e estadual," (TAVARES, 1985: 95).

O maior dilema do Governo Geisel era entre: (a) um ajuste recessivo que provocaria descontentamentos da população contra o regime militar, talvez, antecipando seu fim; (b) manter o crescimento acentuando o endividamento, incluindo o de longo prazo. Albert Fishlow percebeu claramente o problema, inclusive ultrapassando o paradigma da crise dos setenta enquanto “crise do petróleo”:

Dois mecanismos de ajustamento alternativos poderiam ter acomodado o domínio das reservas internacionais repentino e sem precedentes por parte dos países produtores de petróleo. Um deles seria uma redução na atividade econômica global suficiente para apagar o excedente ou parte considerável dele. O outro seria a intermediação financeira – o redirecionamento do poder de compra por meio do empréstimo do excedente para países preparados a usar o comércio exterior para importações imediatas. O último recurso de ação cria, inevitavelmente, uma dívida crescente; mas também corresponde a níveis de comércio mais altos, e uma fonte do país em déficit pede exportações dos países com excedentes. A dívida dos países em desenvolvimento (sobretudo) depois de 1974 era, portanto, uma consequência necessária para sustentar a atividade econômica global. (FISHLOW, 1978, p. 37).

Não é aconselhável fechar os parênteses do Professor Albert Fishlow e seguir em frente, necessário se faz realizar uma “análise do discurso” do economista norte-americano que não pode ser considerado um autentico heterodoxo. Quando Fishlow fala “*em apagar o excedente*” ele se refere à necessidade de se destruir (derreter) capital. Quando se refere ao “*redirecionamento do poder de compra por meio do empréstimo do excedente para países preparados a usar o comércio exterior para importações imediatas*”, defende a exportação de capitais para os “pobres” em condições de usá-los produtivamente. É claro que isto aumenta o endividamento dos “pobres”, mas é a única saída “*para sustentar a atividade econômica global*”. Agora, sim, podem-se fechar os parênteses de Fishlow.

O crescimento forçado dos anos setenta deu certo, mas, também, deu errado. É evidente que a economia brasileira cresceu a taxas altas, principalmente se se considera a inflexão representada pela entrada da economia capitalista mundial no segmento recessivo (a fase B) do ciclo de Kondratieff. Contudo, deu errado, pois ao não consolidar um novo padrão de desenvolvimento, criou vários descontentamentos, principalmente o ressurgimento da mentalidade antiestatal entre as classes dominantes, com diversos pronunciamentos de que havia um excesso de estatização da economia nacional. Para os moradores do “Reino” da aparência os discursos das classes dominantes eram absolutamente sinceros. Como explicar que os maiores beneficiários do “Milagre Econômico”, já estivessem, em 1974, falando mal do Estado? Por que

tamanha infidelidade? Do ponto de vista pessoal e em um horizonte temporal da vida humana (setenta ou oitenta anos) os capitalistas são seres individuais que desejam enriquecer ou desejam manter e aumentar sua riqueza. Entretanto, muitas vezes participam de campanhas que visam ajudar os filhos dos desempregados pelo sistema ou mandam dinheiro para os desabrigados pela fúria de riqueza do setor mais voraz da burguesia (o setor do capital imobiliário). Mas, em uma lógica pública e social os capitalistas são dedicados e eficientes funcionários do capital. São, portanto, de uma fidelidade absoluta ao capital e não aos Governos. O “espírito animal” keynesiano dos representantes do capital percebeu que a ditadura militar poderia atravessar os anos setenta, mas não os oitenta. Além disso, os movimentos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo estavam de volta.

Na esteira dos questionamentos às políticas do Regime Militar, cujo ápice situa-se entre 1976 e 1977, surgem críticas fortíssimas e públicas voltadas contra o setor financeiro pelas altas taxas de juros praticadas e por taxas altíssimas de lucros especulativos, que provocava “deslocamentos não esperados e reduções indesejados nos investimentos produtivos”. Desse modo, o descontentamento dos empresários estava concentrado em três pontos: (a) o deslocamento financeiro da economia; (b) a recessão corretiva assumida pelo Governo; e (c) a perda de poder decisório. Como corretamente notou Codato:

[...] Após firmada, em fins de 1976, uma ‘investida contra o desenvolvimento’, com a declaração de desacelerar a economia e adotar em várias áreas uma política restritiva ainda que episódica, Alfredo Rizhallah, ex-presidente da Bovespa, resumiu assim as preocupações da burguesia nacional: ‘Hoje, o que se entende da estratégia inaugurada pelo governo no ano passado é que não se deve investir. A inquietação tem origem neste ponto: qual será o comportamento da economia brasileira nos próximos dois anos?’ [...] Ou, como resumiu Laerte Setúbal: A inflexibilidade da imposição militar gera, psicologicamente, uma oposição que não precisaria ser gerada” (CODATO, 1997: 273).

A fala de Laerte Setúbal, um grande líder da burguesia, contém o essencial dos dois dilemas, ou seja, o dilema do regime militar (de relativo isolamento) e o dilema das classes dominantes de ser oposição explícita, mesmo que moderada.

De início as mobilizações empresariais contra o Governo, tinham como “*Leitmotiv*” a vitória do capital financeiro sobre o capital produtivo. Os setores produtivos começaram a perceber que as finanças podem deixar de serem parceiras para “abocanhar” parte maior dos lucros. Contudo, a perda de poder político empurra aqueles setores para posições de confronto contra a ditadura. Mais uma vez, a História revela como os capitalistas podem ser democráticos, quando se trata de seus interesses maiores ou podem apoiar qualquer tipo de Ditadura pelos mesmos motivos. Os empresários quando necessário mostram-se não só amantes extremamente apaixonados e dedicados da democracia, mas capazes de fazer declarações piegas, como aquelas registradas por Codato (1997, p. 295), citando um depoimento do empresário José Papa Júnior: “[...] o

empresariado, ao contrário do que se fala, quer a liberdade, a democracia e eleições diretas. O empresário ama o Estado de Direito”.

O Governo do Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) teve por objetivo central a conclusão do processo de redemocratização lenta, gradual e segura, visando devolver o poder às classes dominantes. O novo Presidente enfrentou as mobilizações crescentes da oposição, ações terroristas de grupos à direita do governo militar e o agravamento da crise econômica. Apesar de seu estilo pessoal de pouca urbanidade, adotou um perfil mais aberto e dialógico com os diversos setores da sociedade.

Era na frente econômica que residia as maiores dificuldades do último governo militar. A resposta governamental de impor maiores restrições econômicas sofreu forte oposição de grupos empresariais. A verdade foi que a conjuntura tornou-se nebulosa para o governo com o aprofundamento do segundo choque do petróleo, o começo da Era Reagan na Presidência dos Estados Unidos (principalmente o “*reaganomics*”), a elevação das taxas de juro internacionais e as complicadas condições para rolagem da dívida. Neste quadro de rearticulação e de reestruturação das forças produtivas do capitalismo mundial acrescido de uma nova divisão internacional do trabalho e da revolução informacional, o país viveu a crise recessiva que durou de 1981 até 1983. As consequências foram danosas para a economia brasileira. Segundo o IBGE, o PIB caiu em 3,1% em 1981 e apresentou entre 1981 e 1983, uma queda média de 1,6%.

O binômio ajuste externo/liberalização política interna sintetiza muito bem os anos Figueiredo. A chamada “crise da dívida” só pode ser entendida enquanto movimento articulado dos Estados Unidos no sentido de recuperar o controle sobre suas próprias finanças e sobre as finanças internacionais. A burguesia (e com ela toda a sociedade precisava pagar pelo “pecado” da alta liquidez do período anterior). Como mostrou Conceição Tavares:

[...] A partir daí o movimento do crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob controle da política monetária do FED, que passou a ditar as regras do jogo. As flutuações da taxa de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e através delas o movimento da liquidez internacional foi posto a serviço da política fiscal americana. A partir do início dos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova York, não apenas sobre a umbrela do FED, mas também financiando obrigatoriamente – por que não há outra alternativa – o déficit fiscal americano. (TAVARES, 1997: 5).

Seguindo os argumentos de Conceição Tavares, o Governo Figueiredo coincide, em toda sua extensão com os movimentos dos Estados Unidos para retomarem a hegemonia mundial. Tal política norte-americana levou vários países da periferia e da semiperiferia à uma situação pré-falimentar. O custo de administração da dívida externa tornou-se alto demais e impraticável. O risco de moratória (O México declarou moratória) por parte dos devedores foi respondida com processos de renegociação que continha o firme propósito de transferir recursos reais dos menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos.

O grande problema brasileiro era a natureza da dívida, ou seja, a mesma era fundamentalmente estatal. Neste contexto a crise assume um caráter, também, estatal. O papel e as funções do Estado brasileiro entram em crise. A solução do problema, nos marcos institucionais da época, passa por um esforço concentrado e intenso de gerar excedentes nas contas públicas que possibilitasse o pagamento dos débitos externos. O dilema que o Governo enfrentou foi de que o “esforço de guerra” atingiu toda a sociedade e todos os interesses que estavam em conflito, mas protegidos pelo Estado vieram à tona. Qualquer possibilidade de repactuar as relações entre as classes e, em especial, entre os segmentos das classes dominantes exigia uma solução externa, a saber, obrigava a sociedade brasileira a aceitar o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI)

Realizado o ajuste com a ajuda do FMI, os economistas do Governo acreditaram que as condições para uma retomada do crescimento estavam dadas. Não estavam. A disposição ao investimento por parte das grandes empresas continuou baixa. Muitos economistas diriam, em uma atitude puramente abstrata e dogmática que a propensão marginal a investir continuava baixa, mas o fato é que a postura defensiva e a aversão ao risco é que se mantinham altos. O empresário trabalha efetivamente com as categorias de incerteza e instabilidade.

De acordo com Fiori (1990) no período militar o sistema privado expandiu-se enormemente no cumprimento bem-sucedido das funções de criar crédito ampliado para as famílias na sua relação débito/crédito com as empresas e de intermediação financeira, mas fracassou completamente no cumprimento da função ativa de condutor do processo demonopolização do capital, articulando fusões de grupos e blocos capitalistas. Esta última e decisiva função, necessária à retomada expansiva do ciclo e à redefinição das relações público/privado na acumulação industrial brasileira ficou inconclusa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Antônio de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Forense, 1985.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)** - 1975/1979, set.1974.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores Sociais. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores >. Acesso em 25 de abril de 2010.

CODATO, A. N. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIORI, J. L. (1984). **Conjuntura e ciclo na dinâmica de um Estado periférico**. São Paulo, USP. (Tese de Doutorado).

_____. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1990.

_____. **O nó cego do desenvolvimento brasileiro.** Novos Estudos Cebrap, nº 40, Nov, 1994.

FISHLOW, A. *O problema da dívida é um problema.* **Ensaio de Opinião**, nº 9, 1978.

IPEADATA. <http://www.ipeadata.gov.br/> . Vários Acessos.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974/1976 – sonho e fracasso.* São Paulo: Brasiliense, 1978

_____. **Quinze anos de política econômica.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. *Dêem Ademir e eu darei o campeonato.* In: CASTRO, A. C. & LICHIA, A. & PINTO JR, H. Q. & SABÓIA, J. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento:** instituições, políticas e sociedade (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* São Paulo: Brasiliense-Cebrap, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira, Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro. 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.** Graphia, Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, M. da C. (1978). **Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira.** Rio de Janeiro. (Tese para concurso de professor titular, FEA/IFRJ).

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis, rio de Janeiro: Vozes, 1997.